

NEGÓCIOS INICIATIVAS PRÉMIO EXCELLENS OECONOMIA

DEBATE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Grupos económicos? Portugal precisa é de boas empresas

É preciso capital e investimento estrangeiro e grupos e empresas que cresçam com base na suas competências e com capacidade de gestão.

FILIPE S. FERNANDES

A espanholização da banca portuguesa é o receio que assola os meios económicos e políticos portugueses. Na banca o Santander, La Caixa dominam dois (Santander Totta e BPI) dos cinco grandes bancos em Portugal. Há quem tema que um deles, o Novo Banco, que está à venda, venha a ter dono espanhol e que o BCP, que juntamente com o BPI, foi fundado por uma frente nacional de empresários portugueses passe a ser dominado por capital estrangeiro, pois já tem como accionista de referência a angolana Sonangol. Na área financeira a chinesa Fosun e o fundo Apollo, de origem norte-americana, dominam mais de 40% do mercado segurador.

Mas só se chegou a esta situação porque “destruição de valor”, como refere Rui Vilar. Por outro lado, como diz Alberto Castro, “ser nacional em si não é bom nem mau”.

Num recente livro sobre a implosão do Grupo Espírito Santo, o historiador económico Luciano Amaral contesta, tomando por exemplo a política de apoio aos grupos económicos portugueses nos anos 1980 e 1990, “a própria ideia de grupo económico como a melhor forma de reforçar a capaci-

dade empresarial não era inevitável”. Acrescenta que então se restringiu a entrada de capital estrangeiro e que “num país em que o capital não abundava, essas restrições corresponderam a uma espécie de racionamento de capital. Caso não tivessem existido, é provável que muito mais investimento estrangeiro tivesse chegado ao país, contribuindo para uma mais forte capitalização empresarial”. Hoje subsistem poucos grupos portugueses com dimensão, até porque a escala passou do mercado nacional para o global, e a escassez de capital acentuou-se.

Luciano Amaral aponta também o fracasso da internacionalização dos grupos portugueses, que com algumas excepções, como a Sovenia, a Logoplaste, a Jerónimo Martins, a Portucel (como exportadora) e a Corticeira Amorim, Grupo RAR, “continuam com uma capacidade de projecção internacional modesta”. Estes grupos ilustram a tese de Alberto Castro: “os números e a experiência, dizem-nos que, em regra, o desempenho dos conglomerados pouco ou nada acrescenta à soma das partes. Já os grupos que diversificam com base num núcleo de competências (sejam produtivas, sejam comerciais) parecem ter mais sucesso”.

Muitos dos grupos económicos foram afectados, primeiro, pela Grande Recessão e com o programa de reajustamento de Portugal, o que lhes diminui a capacidade de investimento internacional, e mais recen-



O país precisa de investimento como o do Santander mas isso faz nascer o receio sobre o fim dos grupos financeiros nacionais.

Subsistem poucos grupos nacionais com dimensão, porque a escala passou do mercado nacional para o global.

temente, pela queda de preços de matérias-primas, sobretudo o petróleo, que afectou mercados como o africano. Estas foram algumas das causas para a contenção do Grupo Sonae, Teixeira Duarte e para a reestruturação de grupos como Mota-Engil ou Grupo SGC.

O economista Ricardo Paes Mamede recorreu recentemente à comparação entre Portugal e a Dinamarca na lista das 2000 maiores empresas do mundo da Forbes. Em 2015 estavam as empresas portuguesas EDP, Galp Energia, Jerónimo Martins, BCP, BPI e Montepio.

Com excepção da Jerónimo Martins, que faz grande parte das suas vendas e dos seus lucros na Polónia, todos os outros, apesar de terem alguma presença internacional, estão orientados para o mercado interno, em sectores com poucos concorrentes e em sectores regulados pelo Estado. Por sua vez, da Dinamarca vinham empresas dos produtos clínicos (Coloplast), Vestas (energia renovável), Novozymes (biotecnologia), Pandora (ourivesaria), Carlsberg (cerveja), Moller-Maersk (transportes) e três bancos. ■

Sérgio Lemos/Correio da Manhã

Uma iniciativa do Negócios em parceria com a PwC



PERGUNTAS A ALBERTO CASTRO

Professor de Economia na Católica Porto Business School



O sucesso está na qualidade da gestão

O denominador comum que faz a diferença das boas empresas é a qualidade da gestão, e não a dimensão. Portugal balança entre a aspiração de grandeza através de grandes empresas ou grupos e a deificação das PME ou start-ups, diz Alberto Castro professor de Economia na Faculdade de Economia e Gestão/Católica Porto Business School da Universidade Católica Porto.

É importante para a economia portuguesa a existência de grupos económicos portugueses seja sob a forma de conglomerados, gestão de portefólio ou verticalizados? Qual é a vantagem?

A resposta de economista é “depende”. Se esses grupos contribuírem para uma mais eficiente afectação de recursos (seja pela via de economias de escala ou de gama), diminuição da incerteza e instabilidade e alavancagem da presença nos mercados internacionais, então serão uma coisa boa. Se os grupos forem sinónimo de grupo de pressão, instrumento e pretexto de políticas de protecção a certos interesses económicos, então nada de bom daí virá para a economia portuguesa. O que é que a experiência nos tem mostrado? Em Portugal há uma certa esqui-

Na banca, como noutros sectores, ser nacional não é em si bom ou mau.

zofrenia entre, por um lado, o complexo do país pequeno que pensa que para ser competitivo tem de ter grandes empresas ou grupos económicos e, por outro, a deificação das PME (ou, das start-ups...). Sebastião à parte, recomenda-se que se olhe para tudo isto numa lógica menos normativa. Os números e a experiência, dizem-nos que, em regra, o desempenho dos conglomerados pouco ou nada acrescenta à soma das partes. Já os grupos que diversificam com base num núcleo de competências (sejam produtivas, sejam comerciais) parecem ter mais sucesso. Da mesma forma, há PME fracas e outras boas. O denominador comum do sucesso? A qualidade da gestão. É essa a pergunta que nos deveríamos fazer: são as empresas portuguesas, grandes ou pequenas, isoladas ou em grupo, bem geridas? É a qualidade da gestão, e não

o tamanho, que faz a diferença. Como a melhorar?

O fim de grandes grupos financeiros nacionais pode ter impacto na economia e nas empresas portuguesas?

A pergunta tem algo de retórico: mesmo que, talvez com a excepção do BES, seja duvidoso ter havido grandes grupos financeiros em Portugal, as consequências da ruína do que havia levam a perguntar se não estaríamos (estaremos) melhor sem eles. Coisa diferente é saber se a existência de um único grande banco nacional (a CGD) será suficiente para impor uma disciplina concorrencial ao restante sistema financeiro, de modo a assegurar condições de financiamento que não lesem a competitividade das nossas empresas. A resposta não é óbvia: na generalidade dos países, os bancos nacionais são... nacionais. Mas, na banca como noutros sectores, ser nacional não é em si bom ou mau. Bancos nacionais estiveram envolvidos em todo o tipo de ruinosos compadrios. Em vez de nos preocuparmos com jogos de bastidores, talvez fosse de concentrarmos as diligências em fazer da CGD uma entidade adequadamente provida de capitais, um banco de referência, bem gerido. Sobre tudo bem gerido. ■

PERGUNTAS A RUI VILAR

Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian



“Situações vitais podem levar ao controlo pelo sector público”

Rui Vilar, administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, é uma testemunha das mudanças que têm afectado a economia portuguesa nos últimos 50 anos. Advogado foi administrador de bancos, de empresas, governante e presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. Por isso não hesita em referir que “em situações consideradas de vital interesse nacional, a solução limite poderá ter de estar da detenção do controlo pelo sector público”.

É importante para a economia portuguesa a existência de grupos económicos portugueses seja sob a forma de conglomerados, gestão de portefólio ou verticalizados? Qual é a vantagem?

Num contexto de liberdade de movimentos de capitais, a existência de grupos económicos nacionais ganha particular acuidade e importância.

O modelo de organização societário dependerá da natureza da actividade, da abertura do capital, da cotação em bolsa, da prevalência de investidores de referência ou institucionais. A questão essencial estará na lógica de domínio e de formação da decisão no grupo.

A vantagem dos grupos portugueses face a grupos controlados por investidores estrangeiros está sobretudo

do no conhecimento da nossa realidade e no que esse conhecimento se poderá traduzir em maior eficiência e maior proximidade com a nossa comunidade. Em situações consideradas de vital interesse nacional, a solução limite poderá ter de estar da detenção do controlo pelo sector público.

O fim dos grandes grupos financeiros nacionais pode ter impacto na economia e nas empresas?

A crise recente traduziu-se numa enorme destruição de valor. Basta atentar no volume de imparidades que ocorreram no sistema financeiro e na implosão de grupos com grande capitalização bolsista. Os reflexos de tais perdas para muitos agentes económicos estão ainda em curso e a sua reparação vai demorar anos.

Os grupos económicos portugueses sempre foram controlados por um empresário ou uma família. É este o seu principal problema?

A dimensão do nosso mercado de capitais acentua a relevância dos grupos económicos de base familiar. A questão é saber em que medida os detentores do controlo têm sabido encontrar fórmulas de gestão com qualidade profissional defendendo por igual os interesses de todos os accionistas. Há bons exemplos e outros menos bons. ■

Publicidade

Vamos premiar aqueles que, como os navegadores, são capazes de navegar contra o vento.

pwc negócios

